



### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 065/2024.

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, o PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL - RS, Sr. FERNANDO DA ROSA PAHIM, inscrito no CPF nº 000.109.510-24, nos termos da Seção Vda Lei nº 14.133/2021, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico Nº 90009/2024 para REGISTRO DE PREÇOS, por deliberação do Pregoeiro e a equipe de apoio, designados pelo Decreto Municipal nº 097/2023, de 04/09/2023, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa com proposta mais vantajosa, observadas as condições do Edital do Pregão Eletrônico Nº 90009/2024, que rege o pregão acima indicado, aquelas enunciadas abaixo e nos itens que se seguem.

**HENRIQUE SOUZA DE OLIVEIRA - ME** com sede na Rua ERS 241 S/N Centro KM2 São Vicente do Sul CEP: 97420000 CNPJ nº44917930000180 representada neste ato por seu representante legal, Sr. Henrique Souza de Oliveira portador da célula de identidade RG nº. 1098820143 e CPF nº. 014.250.390-81.

#### **CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** Este termo tem por objetivo o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ADUELA/GALERIA DE CONCRETO ARMADO, COM SISTEMA DE ENCAIXE MACHO-FÊMEA PARA MANUTENÇÃO DE PONTES E BUEIROS NO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL/RS**, especificados no Anexo I do edital do Pregão Eletrônico Nº 90009/2024, que passa a fazer parte dessa Ata, como parte integrante.

**1.2.** Nos termos do Art. 83 da Lei 14.133/2021, a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

**1.3.** A quantidade do objeto licitado refere-se ao consumo estimado para o período de 12 (doze) meses, por isto, a licitante vencedora compromete-se a fornecer os materiais de forma parcelada durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme a demanda do Município.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS**

**2.1.** Os preços ofertados pela empresa signatária na presente Ata de Registro de Preços são os seguintes:

Item	Qtde.	Unid.	Produto	Valor Unit.	Valor Total
1	27	UN	Aduela de concreto armado, medindo 2,00 x 1,50 x 1,00 x 0,15m, com sistema de encaixe macho-fêmea para manutenção de pontes e bueiros – fornecimento e serviço de descarga/ armazenagem e instalação na área urbana ou rural do município.	2.950,00	79.650,00
2	21	UN	Aduela de concreto armado, medindo 2,00 x 2,00 x 1,00 x 0,15m, com sistema de encaixe macho-fêmea para manutenção de pontes e bueiros – fornecimento e serviço de descarga/ armazenagem e instalação na área urbana ou rural do município.	3.707,50	77.857,50
3	8	UN	Aduela de concreto armado, medindo 2,00 x 1,50 x 1,00 x 0,15m, com sistema de encaixe macho-fêmea para manutenção de pontes e bueiros – fornecimento e serviço de descarga/ armazenagem e instalação na área urbana ou rural do município.	2.950,00	23.600,00
4	14	UN	Aduela de concreto armado, medindo 2,00 x 2,00 x 1,00 x 0,15m, com sistema de encaixe macho-fêmea para manutenção de pontes e bueiros – fornecimento e serviço de descarga/ armazenagem e instalação na área urbana ou rural do município.	3.707,50	51.905,00
<b>Total dos Produtos e Serviços R\$</b>				<b>233.012,50</b>	

#### **CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA**

**3.1.** A Ata de Registro de Preços terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, desvinculada da duração dos créditos orçamentários, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso Art. 84 da lei 14.133/2021.



- 3.2. O instrumento contratual terá prazo de vigência adstrita à validade dos respectivos créditos orçamentários.
- 3.3. É expressamente vedada a subcontratação do objeto deste termo, conforme previsto no § 2º do Art. 122 da Lei 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA QUARTA: DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

4.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços registrados caso ocorra o desequilíbrio econômico financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 124, Inciso II, alínea “d” da Lei 14.133/2021.

*“para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.”*

#### **CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO, LOCAL, CONDIÇÕES DE ENTREGA E GARANTIA:**

5.1. A entrega do objeto licitado será feita de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, de acordo com as quantidades requisitadas, nas condições e prazos estabelecidos.

I. Além da entrega no local designado pelo Município (na área urbana ou rural), deverá a licitante vencedora também descarregar/ armazenar e instalar as aduelas em local indicado na nota de empenho de despesa, comprometendo-se, ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes e aguardar a conferência do mesmo pelo fiscal designado para tal.

II. A nota de empenho/ordem de entrega será enviada para o e-mail informado pela empresa na proposta de preços, sendo que a empresa licitante terá no máximo 24 (vinte e quatro) horas para confirmar o seu recebimento (para então iniciar a contagem dos prazos de entrega dos produtos).

III. A entrega parcial deverá ser feita em até 15 (quinze) dias úteis, após o recebimento na nota de empenho de despesa.

IV. A entrega definitiva ocorrerá logo após a conferência efetuada pelo fiscal (ais) devidamente designado (s) para tal, desde que, o produto/serviço esteja em conformidade com as especificações contidas neste termo.

V. A empresa fornecedora dos produtos e serviços será responsável pela substituição, troca ou reposição dos produtos porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo de Referência.

VI. Na substituição de produtos defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

VII. Todo o custo de fornecimento do produto licitado e execução da prestação de serviços de descarrega/armazenagem e instalação, será por conta da empresa licitante.

#### **6. DA FISCALIZAÇÃO:**

6.1. O acompanhamento e a fiscalização do objeto deste termo serão exercidos por meio de representante (s), designados pela Contratante, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à Contratada, conforme determina o art. 117, da Lei nº 14.133/2021:

§ 1º O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

6.2. Não obstante ser a Contratada a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.

6.3. Cabe à Contratada atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto desta licitação, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da Contratada, que é total e irrestrita em relação ao objeto executado, inclusive perante terceiros, respondendo a



mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do ajuste.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:**

### **7.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- I. Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, nos termos do presente instrumento;
- II. Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;
- III. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada neste termo e no contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;
- IV. Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto licitado;
- V. Cumprir e fazer cumprir todas as demais cláusulas do presente termo.

### **7.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- I. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do presente termo e do contrato, bem como nos termos da sua proposta;
- II. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;
- III. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débito trabalhistas (CNDT);
- IV. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- V. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);
- VI. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;
- VII. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;
- VIII. Executar as obrigações assumidas no contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação.
- IX. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contrato.

## **8. DO PAGAMENTO:**

**8.1.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto licitado, através do aceite na nota fiscal emitida pela contratada, por parte do servidor ou comissão responsável, designado para tal.

I. A nota fiscal emitida pelo licitante vencedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e o número do empenho, para acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

II. Para efetivo pagamento, na Nota Fiscal deverá constar as retenções referente ao IRRF conforme Decreto Municipal nº 081/2022 (Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012).

**8.2.** O pagamento será creditado em conta corrente da empresa, através de Ordem Bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

I. Os pagamentos serão concretizados em moeda vigente do país.

**8.3.** Para execução do pagamento de que trata este subitem, a Contratada deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o Município de São Vicente do Sul - RS, CNPJ nº 87.572.079/0001-03.



**8.4.** Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao licitante vencedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**8.5.** Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

**8.6.** O Município reserva-se o direito de recusar efetuar o pagamento se, no ato do atesto, o objeto licitado não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita neste Termo de Referência.

**8.7.** Nos pagamentos realizados após a data de vencimento, incidirão juros de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês, calculado pro rata die até a data do efetivo pagamento.

**8.8.** O valor contratado será revisado nos seguintes casos:

I. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

**8.9.** A fiscalização poderá deduzir nas faturas:

I. Os valores das multas porventura aplicadas pela fiscalização.

II. O valor dos prejuízos causados pela contratada, em decorrência da execução do objeto.

**8.10.** Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas desta ata serão alocados quando da emissão das Notas de Empenho de Despesa.

## 9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

**9.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. Dar causa à inexecução total do contrato;

IV. Deixar de entregar documentação exigida para o certame;

V. Não manter proposta, salvo em decorrência de fatos supervenientes devidamente justificados;

VI. Não celebrar o contrato ou não entregar documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**9.2.** Serão aplicadas as seguintes sanções administrativas previstas no item 9.1 deste termo, as seguintes sanções:

I. Advertência;

II. Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e de no máximo 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

III. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da administração pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e de no máximo de 6 (seis) anos.

**IX.3.** As sanções previstas nas alíneas "I", "III" e "IV" do item 9.2 do presente termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "II" do mesmo item.

**IX.4.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 9.2 do presente termo.

**IX.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**IX.6.** A aplicação das sanções previstas no item 9.2 deste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação



dereparaçãointegraldodanocausadoàAdministraçãoPública.

**IX.7.** Na aplicaçãoda sanção previstanoitem9.2, alínea “II”, dopresentetermo, será facultadaadesa defesa dointeressadonoprazode15(quinze)dias úteis,contadoda data de sua intimação.

**IX.8.** Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “III” e IV” do item 9.2 do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesaescritaeespecificar as provas quepretenda produzir.

**IX.9.** Nahipótesededeferimentodepedidodeproduçãodenovasprovasoudejuntadadeprovasjulgadasindispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze)dias úteis,contadadata daintimação.

**IX.10.** Serãoindeferidaspelacomissão,mediantedecisãofundamentada,provasilícitas,impertinentes,desnecessárias,pr oteletórias ou intempestivas.

**IX.11.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar,encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócioscom poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligaçãoou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa eaobrigatoriedadede análisejurídica prévia.

**IX.12.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade,exigidos,cumulativamente:

- I. Reparaçãointegraldodanocausadoà AdministraçãoPública;
- II. Pagamentodamulta;
- III. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar econtratar,oude3(três)anos daaplicaçãodapenalidade,nocasodedeclaraçãodeinidoneidade;
- IV. Cumprimentodascondições dereabilitaçãodefinidasnoatopunitivo;
- V. Análisejurídicaprévia,composicionamentoconclusivoquantoaocumprimentodosrequisitosdefinidosnestear ti go.

**IX.13.** A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “VIII” e “XII do item 9.2 do presente termo exigirá, como condiçãodereabilitaçãodolicitanteoucontratado,aimplantaçãouaperfeiçoamentodeprogramadeintegridadepelo respon sável.

## 10. DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR:

**10.1.** Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento do Contrato oriundo deste processo licitatório, ou não-aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega do veículo no local onde estiver sendo executado o objeto Licitado:

- I. Greve geral;
- II. Calamidade pública;
- III. Interrupção dos meios de transporte;
- IV. Condições meteorológicas excepcionalmente prejudicadas; e
- V. Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

**10.2.** Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela empresa licitante.

**10.3.** Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado a Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul/RS, até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.

**10.4.** Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 (vinte e quatro) horas antes do dia de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

**13.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de São Vicente do Sul-RS, para dirimir eventuais dúvidas decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual forma e teor, que após lida e achada conforme, vai firmada pelos contratantes, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.



São Vicente do Sul, 26 de Abril de 2024

\_\_\_\_\_  
**Fernando da Rosa Pahim**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

\_\_\_\_\_  
**Representante da Empresa**  
(Conforme Dados informados na proposta de preços)

Esta Ata de Registro de Preços foi examinada e aprovada em 26/04/2024 pelo Setor Jurídico Municipal.

\_\_\_\_\_